

A Delegação do CCP das ONGs da ONUSIDA

Comunicado

Junho de 2009

O que aconteceu na 24^a reunião da ONUSIDA, no seu Conselho de Coordenação do Programa (CCP), em Genebra, Suíça, 22-24 junho de 2009?

A [Delegação do CCP das ONGs](#), apoiada por um número recorde de observadores da sociedade civil, influenciou numerosos tópicos importantes da agenda, incluindo: prevenção entre os utilizadores de drogas, sensibilidade ao género das respostas contra a SIDA, pessoas em movimento e uma nova unidade de apoio para os Estados-Membros Africanos. No desenvolvimento do relatório das ONGs deste ano, a Delegação das ONGs também se concentrou no estigma e na discriminação como sendo um dos principais obstáculos para atingir o acesso universal e tem tido êxito ao incluir este assunto como um tópico da agenda para a reunião do conselho em 2010, bem como no estabelecimento da não-discriminação como um dos principais focos de atenção da ONUSIDA. Pode encontrar em baixo uma visão geral dos principais resultados da reunião. A lista completa dos tópicos da agenda, pontos de decisão e recomendações podem ser encontrados no site da Delegação do CCP das ONGs em www.unaidspcbngo.org.

Agradecimentos aos Observadores da sociedade civil, que apoiaram e consolidaram a reunião. Vocês foram uma parte fundamental do trabalho da Delegação das ONGs e dos resultados da reunião.

Sessão Temática: Pessoas em Movimento

O primeiro dia do CCP foi dedicado a uma sessão temática sobre "As pessoas em Movimento: a movimentação forçada e as populações migrantes". Os Delegados das ONGs para o CCP da ONUSIDA participaram no grupo de trabalho que ajudou a planificar a sessão temática e os parceiros da sociedade civil foram incluídos em todos os painéis. A Delegação das ONGs trabalhou para garantir que as populações mais afectadas, nomeadamente os trabalhadores do sexo migrantes fossem contemplados nas sessões do painel. Para além de um discurso central pelo Dr. António Guterres, Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, tiveram lugar quatro painéis durante o dia:

- O Acesso Universal e as restrições relacionadas com o VIH, no momento da entrada, estadia e residência
- O Acesso Universal, a mobilidade e o trabalho

- O Acesso Universal, as deslocações forçadas e as situações humanitárias
- O Acesso Universal, os motores económicos e os factores de sedução para a mobilidade

A Delegação das ONGs apresentou a proposta de dois pontos de decisão, que foi aceite pelo Conselho. Os primeiros apelos para a inclusão dos migrantes e das pessoas forçadas a deslocarem-se em planos nacionais e regionais contra a SIDA. Isto significa que os funcionários da ONUSIDA terão de ser capazes de apoiar, a todos os níveis, a inclusão das pessoas em movimento, no sentido de conseguirem o acesso universal e estão incumbidos de ter em especial atenção o superar as restrições de viagens relacionadas com o VIH. A segunda decisão faz o apelo à ONUSIDA para que apoie os governos na abolição dos testes de rastreio obrigatórios e para que garanta que as políticas nacionais sobre o rastreio estão em conformidade com os padrões internacionais, incluindo o consentimento informado, aconselhamento pré e pós rastreio, encaminhamento para tratamento e cuidados de saúde e os padrões dos direitos humanos inerentes.

Relatório do novo Director Executivo da ONUSIDA

Michel Sidibe, apresentando o seu ponto de vista através do [seu relatório](#) ao Conselho, **reafirmou que o compromisso da ONUSIDA em atingir o acesso universal e a colaboração com a sociedade civil, incluindo os grupos comunitários, em representação das populações mais afectadas. Ele garantiu ao Conselho o seu apoio aos programas dos países na implementação de acções concretas, de modo a alcançar a igualdade do género e proteger os direitos das mulheres e meninas, bem como trabalhar no sentido de uma maior colaboração entre o Fundo Global e a ONUSIDA e promover uma abordagem aos programas e desenvolvimento de políticas ao mais alto nível, com base nos direitos. Garantiu aumentar os resultados e os seus impactos, expandir as parcerias e tornar a ONUSIDA mais eficaz.**

Relatório das ONGs

A Delegação das ONGs referiu a necessidade de uma maior atenção em relação aos direitos humanos, numa resposta à SIDA, superando o estigma e a discriminação e a necessidade de indicadores apropriados mais fiáveis que incluem as populações mais afectadas no sentido de conseguirem o acesso universal. A decisão relevante que foi aprovada pelo conselho concorda em incluir o estigma e a discriminação como um tópico importante na agenda em 2010. De igual modo, foi tomada a decisão de incluir o princípio da não-discriminação, como sendo um dos seis princípios indicadores de todas as recomendações e conclusões de todo o CCP. Tanto o [relatório na íntegra](#) como os resultados completos das sondagens que constituíram a base para o relatório, podem ser encontrados no site da Delegação das ONGs.

Orçamento e Plano de Trabalho Unificados

O trabalho da ONUSIDA é controlado por um orçamento e por um plano de trabalho que são desenvolvidos de dois em dois anos. Nesta reunião, o conselho aprovou o orçamento unificado e planos de trabalho (UBW) para 2010-2011, com uma proposta de distribuição dos recursos da seguinte forma: US\$ 161,0 milhões a serem compartilhados entre 10 co-patrocinadores; US\$ 182,4 milhões para o Secretariado da ONUSIDA; US\$ 136,4 milhões para actividades entre agências US\$ 5,0 milhões como um fundo de contingência. Dois membros da Delegação da ONG participaram na sub-comissão intercalar sobre o UBW, este ano. A experiência foi considerada útil por todos os participantes e a Delegação das ONGs solicitou que a participação da sociedade civil no planeamento orçamental continue. Na próxima reunião do CCP (Dezembro 2009), o Conselho irá decidir se irá formar uma sub-comissão permanente para o UBW.

A Delegação das ONGs solicitou também (e o Conselho aprovou) que a ONUSIDA preparasse um relatório para a próxima reunião sobre o impacto previsto que a crise financeira terá nas capacidades de os países atingirem os seus objectivos de acesso universal.

A Prevenção do VIH entre os utilizadores de drogas injectáveis

O Conselho passou em revista um [relatório de progressos](#) sobre os esforços com relação à prevenção do VIH entre os utilizadores de drogas injectáveis. Tinha existido alguma preocupação que o termo redução de riscos e as medidas com base nas evidências que incluem, tais como os programas de troca de agulhas e de seringas e a substituição de opiáceos, estariam sob ameaça, à luz da Comissão de Drogas Narcóticas deste ano, que evitou o termo redução de riscos. Pelo contrário, o Conselho confirmou a terminologia e o compromisso com os esforços da redução de riscos, relacionados com o VIH. As onze decisões do Conselho ocuparam-se de problemas tais como a necessidade de reafirmar o seu compromisso com a redução de riscos e harmonizar as leis nacionais que regulam o VIH e o uso de drogas de uma perspectiva de saúde pública e de direitos humanos, bem como a necessidade de a ONUSIDA e os Co-patrocinadores reforçarem o seu trabalho com os doadores e os governos sobre uma maior mobilização de recursos e de apoio às autoridades nacionais no alinhamento das políticas. O Conselho solicitou à ONUSIDA que aumentasse a assistência à sociedade civil no que respeita à defesa da redução de riscos. As decisões tiveram em atenção os diferentes sub-grupos de utilizadores de drogas, tanto os que injectam como os que não injectam, bem como os cônjuges ou parceiros das pessoas que usam drogas. O apelo da Delegação das ONGs em favor de uma concentração aumentada sobre a co-infecção das Hepatites B e C também foi aprovado.

Cooperação com o Fundo Global de Luta contra a SIDA, a Tuberculose e a Malária, e o CCP: Os mecanismos de apoio para os Estados Africanos.

O Conselho apoiou a liderança de um ponto convergente de comunicações para que os Estados Membros Africanos reforcem a sua participação nas reuniões do Conselho do CCP e do Fundo Global. A Delegação das ONGs foi bem sucedida na inclusão de uma condição de defesa do princípio fundamental de uma participação efectiva e significativa por parte da sociedade civil em decisões importantes.

Reconhecimento das diferenças e desigualdades do género às respostas do VIH/SIDA

O Conselho chamou a atenção para a mais recente versão da [estrutura de acção do género](#) inter-agências para as mulheres e meninas e deu as boas-vindas à [estrutura inter-agências sobre homens que têm sexo com homens e populações transgénero](#). A Delegação das ONGs observou as fraquezas em torno da mulheres e meninas e propôs a formação de um grupo de trabalho em aconselhamento, constituído por especialistas em mulheres e meninas, com representação de organizações de mulheres e de mulheres que vivem com o VIH, para trabalhar com o Director Executivo no desenvolvimento, implementação e monitorização de um plano operacional para esta estrutura. Isto foi acordado pelo Conselho, com a solicitação de que a ONUSIDA inicie as operações até outubro de 2009.

Lembrete: O que é o CCP, mais uma vez?

O [Conselho de Coordenação do Programa](#) (CCP) é o organismo administrativo da ONUSIDA. É composto por 22 Estados Membros com direito a voto, pelos 10 co-patrocinadores que compõem o programa da ONUSIDA e a Delegação das ONGs (que consiste num delegado e um alternante de cada um dos 5 continentes).

Como posso saber mais?

Por favor, visite o nosso novo site para obter mais informações sobre a Delegação do CCP das ONGs da ONUSIDA:

www.unaidspcbngo.org